

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.639.963 - RJ
(2019/0374131-0)**

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : TAUIL E NAVEGA CREPES LTDA - MICROEMPRESA
ADVOGADO : JOSÉ GUILHERME SOUTO PEREIRA - RJ111099
AGRAVADO : AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. REPARAÇÃO DE DANOS. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. PARCELAMENTO DAS CUSTAS JUDICIAIS. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. AFASTAMENTO DA MULTA IMPOSTA. RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Os autos noticiam que TAUIL E NAVEGA CREPES LTDA - MICROEMPRESA (TAUIL E NAVEGA CREPES) interpôs agravo de instrumento contra a decisão que indeferiu seu pedido de assistência judiciária gratuita na ação reparação de danos que propôs contra AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A (AMPLA ENERGIA).

O TJRJ negou provimento ao recurso, cujo acórdão encontra-se assim ementado:

Gratuidade de justiça. Pessoa jurídica. Sociedade Limitada. Indeferimento que se apresenta correto. Agravante que não demonstra a sua efetiva carência de recursos e que os custos processuais podem prejudicar as suas regulares atividades ou a subsistência de seu titular. Decisão mantida. Recurso desprovido (e-STJ, fl. 29).

Os dois embargos de declaração opostos foram rejeitados, com imposição de multa no segundo.

Contra esses julgados TAUIL E NAVEGA CREPES manejou recurso especial, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, alegando (1) violação do art. 1022, II, do NCPC, por não ter o Tribunal fluminense se pronunciado sobre o pedido de parcelamento das despesas processuais; (2) ofensa ao art. 98, § 6º, do NCPC, diante da possibilidade de parcelamento da taxa judiciária; e (3) contrariedade ao art.

1026, § 2º, do NCPC, por não serem os embargos de declaração protelatórios, razão pela qual deve ser afastada a multa imposta.

O juízo prévio de admissibilidade negou seguimento ao apelo nobre por não vislumbrar a alega omissão no julgado e ante o óbice da Súmula nº. 7 do STJ.

Irresignada, TAUIL E NAVEGA CREPES apresentou o correspondente agravo, pelo qual defendeu a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional e que a tese prescinde de reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

Contraminutado, os autos subiram para esta Corte Superior.

O recurso não foi conhecido pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, por ausência de impugnação a todos os fundamentos da decisão agravada.

Daí a apresentação deste agravo interno por TAUIL E NAVEGA CREPES, em que assevera ter rebatido os fundamentos adotados pelo juízo prévio de admissibilidade e a impossibilidade de fixação ou majoração de eventual verba sucumbencial.

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Do cotejo entre os fundamentos da decisão proferida pelo juízo prévio de admissibilidade e os argumentos do agravo em recurso especial, verifico que houve a impugnação específica dos seus esteios.

Dessa forma, reconsidero a decisão ora agravada, de e-STJ, fls.103/104.

Passo a nova análise do agravo em recurso especial interposto por TAUIL E NAVEGA CREPES.

A pretensão recursal está no reconhecimento (1) de omissão no julgado quando ao pedido de parcelamento da taxa judiciária; (2) da possibilidade de concessão do parcelamento da taxa judiciária; e (3) da inaplicabilidade da multa imposta nos embargos de declaração opostos.

O recurso merece prosperar.

(1) Negativa de prestação jurisdicional.

TAUIL E NAVEGA CREPES assevera que o Tribunal fluminense deixou de se manifestar sobre o pedido de parcelamento da taxa judiciária, tal como previsto no art. 98, § 6º, do NCPC.

De fato, colhe-se do agravo de instrumento interposto que houve pedido para que as custas judiciais fossem parceladas.

Veja-se:

3. Sucessivamente, na hipótese de eventual indeferimento do benefício, que seja propiciado ao agravante, o recolhimento das custas ao final do processo (EMENTA 27 DO FETJ) ou mesmo, um parcelamento da taxa judiciária, em prestações não inferior a 10 (dez) parcelas (e-STJ, fl. 11).

Todavia, observo que o Tribunal carioca não apreciou a questão, mesmo após a oposição de embargos de declaração objetivando o seu pronunciamento, a caracterizar a apontada omissão no julgado.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1022 DO CPC DE 2015. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O conhecimento do recurso especial exige a manifestação da Corte de Justiça acerca da tese de direito arguida. A recusa em pronunciar um juízo de valor a respeito da questão federal impede o acesso da parte interessada à instância especial. Assim, "caracterizado o vício da omissão, impõe-se o reconhecimento de ofensa ao art. 535 do CPC, anulando-se o acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração e determinando-se o retorno dos autos à origem para que seja sanada a eiva apontada" (REsp n. 1.187.583/RS, Relator o Ministro Castro Meira, julgado em 6/5/2010, DJe 17/5/2010).

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.238.907/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 27/6/2018)

PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA CITRA PETITA. POSSIBILIDADE DE ANULAÇÃO PELO TRIBUNAL A QUO. ART. 535 DO CPC. VIOLAÇÃO. OCORRÊNCIA. MATÉRIA RELEVANTE. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM.

[...]

4. É cediço o entendimento de que a solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC e que o juiz não é obrigado a rebater todos os argumentos aduzidos pelas partes. Por outro lado, o juiz não pode deixar de conhecer de matéria relevante ao deslinde da questão, mormente quando sua decisão não é suficiente para refutar a tese aduzida que, portanto, não abrange toda a controvérsia. Reconhece-se, portanto, a existência de omissão no acórdão impugnado e, por conseguinte, a ofensa ao art. 535 do CPC.

5. Recurso Especial a que se dá parcial provimento, a fim de anular o v. aresto proferido nos Embargos de Declaração e determinar o retorno dos autos ao Egrégio Tribunal de origem para que profira novo julgamento e aborde a matéria omitida.

(REsp 1.447.514/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, DJe 16/10/2017)

De rigor, portanto, o retorno dos autos ao TJRJ para que seja sanada referida omissão.

Por conseguinte, fica afastada a multa imposta nos segundos aclaratórios com base no § 2º do art. 1.026 do NCPC.

Nessas condições, DOU PROVIMENTO ao agravo interno, a fim de reconsiderar a decisão de e-STJ, fls. 103/104 e, em nova análise do agravo em recurso especial interposto por TAUIL E NAVEGA CREPES, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, para anular os acórdãos proferidos nos dois embargos de declaração opostos (e-STJ, fls. 41/44 e 59/62), determinando o retorno dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para que proceda a novo julgamento, com suprimento da omissão quanto ao pedido de parcelamento das custas processuais, afastando, por conseguinte, a multa imposta nos segundos aclaratórios com base no § 2º do art. 1.026 do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator